



Projeto quer dar transparência à gestão financeira do futebol

Futeboldecampo.net



Proposta aprovada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte estabelece regras rígidas de fiscalização das entidades que dirigem a modalidade no país

Avança no Senado a tramitação do projeto que cria mecanismos para dar maior transparência à forma como as federações de futebol no Brasil gerenciam seus recursos financeiros. A proposta prevê o acompanhamento

dessas entidades esportivas pelo Tribunal de Contas da União, pela Receita Federal e pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras. Para o relator, Randolfe Rodrigues, não se trata de intervenção estatal e sim de uma tentativa de recuperação do esporte. **3**

Vários estádios, como o Pacaembu, são concessões do poder público que beneficiam a CBF e isso justifica fiscalização mais rigorosa, segundo o relator do texto

Regulamentação do uso da maconha é tema de debate

A Comissão de Direitos Humanos faz hoje a segunda audiência pública para discutir a regulamentação

da produção, comércio e uso da maconha. Pela proposta em análise, o cultivo caseiro poderá ser liberado. **4**

Gerardo Magalhães/Agência Senado



Participantes da primeira audiência, em junho, alertaram para riscos

ACONTECEU NO SENADO



Em Plenário, senadores disseram que emancipação traz desenvolvimento

Aprovadas regras para criação de municípios

Durante a semana de esforço concentrado, os senadores aprovaram, em Plenário, 17 projetos de elevado interesse nacional. Entre eles, está o que regula a criação e a fusão de municípios. **4**

Eleições devem comprometer prazo de medidas provisórias **2**

Texto busca mais controle na venda de suplementos nutricionais **3**

Restituição do Imposto de Renda pode ter correção maior **4**

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Resolução da Participação Popular nos Projetos de Lei do Senado



Secom — Criação e Marketing

Projetos de Lei do Senado Federal: Opinar é um ato de cidadania

O Senado Federal aprovou resolução que torna mais fácil a participação popular durante a tramitação de uma lei. Agora, qualquer pessoa pode entrar no portal e-Cidadania, ler na íntegra os projetos de lei e expressar sua concordância ou não em relação a eles. É o Senado Federal cada vez mais próximo e conectado com as necessidades da população.

Saiba mais em: www.senado.leg.br/agoraelei



Três medidas provisórias que não foram votadas durante o esforço concentrado deste mês vão perder a validade devido ao calendário eleitoral, que reduziu as sessões deliberativas no Congresso Nacional

Blog Fotos e Fotos da Cuiabá



Uma das medidas que poderão expirar amplia o auxílio emergencial para as famílias atingidas pela seca em 2012

Calendário eleitoral vai comprometer prazo de MPs

O CALENDÁRIO DAS eleições vai comprometer a validade de três medidas provisórias, editadas pelo Executivo, que não foram votadas no esforço concentrado da semana passada. As MPs perderão a eficácia antes do próximo período de votações, marcado para a primeira semana de setembro. Elas tratam da prorrogação do mandato do diretor do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), do reajuste da tabela do Imposto de Renda e do auxílio adicional para os atingidos pela seca.

A MP 643/2014, que permite a prorrogação excepcional do mandato do diretor-geral do ONS por dois anos, perderá a validade no dia 23 de agosto. A ampliação do mandato do diretor atual, Hermes Chipp, está garantida, já que a MP teve força de lei durante os 120 dias de vigência, mas não haverá permissão para a prorrogação de mandatos futuros.

Ficarão sem votação, no entanto, outros pontos incluídos na MP 643 pelo relator do projeto, deputado Alexandre Santos (PMDB-RJ), que pretende retomar as regras para leilões de energia elétrica e mudanças na tributação de bebidas frias (como refrigerantes e cerveja), previstas na MP 641/2014. O relatório foi

apresentado na terça, mas não foi votado pela comissão mista. O texto de Santos também incluiu mudanças nas regras dos aeroportos e a autorização para participação do capital estrangeiro em hospitais, planos de saúde, laboratórios, serviços de fisioterapia e outros serviços de saúde.

Imposto de renda

Já a MP 644/2014, que corrige em 4,5% a tabela do Imposto de Renda para 2015, perderá a validade em 30 de agosto. Como o reajuste só valerá para o ano que vem, o cidadão não terá perdas imediatas com a derrubada da proposta, que poderá ser retomada depois das eleições.

O governo tentou antecipar a discussão da tabela, ao incluir o texto da MP 644 na Medida Provisória 634/2013, que foi votada no final de maio, mas a oposição ameaçou obstruir e esse ponto foi retirado do texto aprovado. A MP 644 também não foi votada pela comissão mista.

A outra medida provisória que tem grandes chances de perder a validade é a 645/2014, que amplia o auxílio emergencial para as famílias atingidas pela seca em 2012. Como o texto foi incorporado pela MP 635/2013, que já virou lei, não haverá prejuízos com a queda dessa proposta, que também não foi analisada pela comissão mista.

Fica para setembro votação do horário de transmissão de *A Voz do Brasil*

O Plenário da Câmara deve retomar, em setembro, a votação da MP 648/2014, que flexibiliza o horário de transmissão do programa de rádio *A Voz do Brasil*.

O texto autoriza as emissoras de rádio comerciais a transmitir o programa entre 19h e 22h, tornando regra o regime especial instituído para a Copa do Mundo.

Apenas as emissoras educativas ficariam obrigadas a transmitir o programa no horário tradicional, às 19h. A MP não foi votada nesta semana por causa de obstrução feita pelo PV. Já o PT defende o texto original da medida, com horário especial só durante a Copa do Mundo ou em períodos determinados pelo Executivo.

Comissão de Constituição e Justiça analisa cargos do Poder Judiciário

Estão prontos para serem votados na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) quatro projetos que alteram quadros funcionais do Poder Judiciário: dois deles referem-se à criação de cargos e funções no Supremo Tribunal Federal (STF) e os outros dois tratam da transformação de cargos no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDF).

Ao todo, no Supremo, serão criados 36 cargos comissionados e 144 funções de confiança. O PLC 62/2014 cria 54 funções e 3 cargos comissionados no quadro de pessoal do tribunal. Já o PLC 63/2014 cria 33 cargos em comissão de nível CJ-03 e 90 funções de confiança de nível FC-03, todos destinados

aos gabinetes dos ministros do tribunal. O relator dos dois projetos, Valdir Raupp (PMDB-RO), salienta a importância das propostas.

— Nesse sentido, a valorização profissional dos servidores deve constituir meta permanente em todo o Judiciário — afirma.

Transformações

Também serão votados o PLC 82/2014, que transforma nove cargos vagos de auxiliar em um cargo de técnico e dois de analista, e o PLC 83/2014, que transforma nove cargos de juiz de direito em nove cargos de juiz de direito de turma recursal. De acordo com o TJDF, as duas propostas não geram aumento de despesas públicas.



Relator de dois projetos, Valdir Raupp defende criação e alteração de cargos no STF

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA
QUARTA

PLENÁRIO Pronunciamentos

14h Sessão não deliberativa.

CDH Maconha

9h A comissão faz debate interativo sobre a regulamentação da maconha.

CPI DA PETROBRAS Requerimentos

10h15 Integrantes da CPI do Senado se reúnem para analisar requerimentos.

QUINTA

CPMI DA PETROBRAS Nestor Cerveró

14h30 A CPMI da Petrobras ouve o ex-diretor internacional da Petrobras Nestor Cerveró.

CCT Banda larga

9h A comissão debate o Programa Nacional de Banda Larga em Rio Branco, com autoridades e sociedade.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Direitos Humanos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvia Burtle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição:

André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Projeto cria obrigações de prestação de contas transparentes para entidades de direção do futebol no país e, para Randolfe, não representa intervenção estatal nas federações

Relator nega proposta de intervenção no futebol

EM ENTREVISTA À Rádio Senado na sexta-feira, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) negou que o projeto que permite a fiscalização da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) represente um tipo de intervenção estatal. A proposta (PLS 221/2014) estabelece regras rígidas de fiscalização das entidades que dirigem o futebol no país.

Randolfe foi relator do projeto, de autoria do senador licenciado Alvaro Dias (PSDB-PR), na Comissão de Educação (CE), onde foi aprovado na terça-feira. O texto ainda passará pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em caráter terminativo, sob relatoria de Gim (PTB-DF). Se aprovado, seguirá de imediato para avaliação da Câmara dos Deputados.

— Não vamos colocar um interventor estatal na CBF, vamos dar instrumentos para que as contas da CBF sejam de fato transparentes — explicou Randolfe.

De acordo com o texto, a CBF deverá encaminhar anualmente as contas para apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU), informar trimestralmente ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) qualquer operação acima de R\$ 5 mil e informar qualquer operação financeira com o exterior à autoridade monetária.

Ainda de acordo com a proposta, a Receita Federal deverá promover auditorias tributárias anuais na entidade e todos os contratos firmados pela CBF deverão ser públicos e disponibilizados na internet, com discriminação de valores, objetos e beneficiários.

Bloqueio

Em caso de descumprimento das regras, o projeto prevê a suspensão de qualquer benefício que a CBF ou filiados recebam do governo federal, dos estados ou do Distrito Federal, além de bloqueio das transferências de recursos de loterias federais.

— A Lei Geral da Copa defi-



Na opinião de Randolfe, texto é uma contribuição do Congresso Nacional para ajudar o futebol brasileiro a sair da crise

niu que a CBF goza de isenções fiscais do Estado brasileiro, portanto seus recursos devem ser fiscalizados. Esta mesma entidade goza dos benefícios dos estádios de futebol públicos, que são concessões do poder público — argumentou Randolfe.

Para o senador, o projeto é uma contribuição do Congresso para melhorar a gestão esportiva e ajudar a tirar o

futebol brasileiro do que considera “a pior crise da história do esporte no país”. Segundo ele, outra medida que pode ajudar a superar os atuais problemas do esporte é uma lei de responsabilidade fiscal que responsabilize dirigentes e puna clubes inadimplentes.

A Câmara dos Deputados analisa atualmente uma proposta sobre o tema, o PL 5.201/2013, que cria regras

para o refinanciamento das dívidas dos clubes de futebol. No entanto, o projeto, do deputado André Figueiredo (PDT-CE), recebeu críticas do movimento Bom Senso FC, que considera não haver a exigência das contrapartidas necessárias por parte dos clubes.

O PLS 221/2014 só deverá ser votado depois das eleições de outubro, segundo o presidente da Câmara, Henrique Alves.

Eliz Firuz/ABR



Proposta em tramitação no Senado pretende ampliar a fiscalização e o controle na venda de suplementos nutricionais

Venda de suplementos deverá ser mais controlada

A venda de suplementos alimentares e nutricionais, que hoje ocorre livremente no país, pode passar a ser controlada. Cícero Lucena (PSDB-PB) apresentou projeto de lei que atualiza a legislação do setor para regulamentar o comércio desses produtos. A intenção do senador é proteger a saúde da população e evitar o uso ou associação indevida dos ingredientes usados nos suplementos. Dados divulgados pelo parlamentar revelam que o mercado de suplementos alimentares e nutricionais movimentou, em 2010, mais de US\$ 175 bilhões no mundo. No Brasil, continua crescendo o uso desse tipo de produto na busca por uma vida mais saudável.

Ao justificar o PLS 233/2014, Cícero explicou que, de acordo com a constituição deles, os

suplementos têm finalidades diferentes, com composições e público-alvo tão distintos quanto abrangentes. Depois de fazer um levantamento da legislação sobre o setor, o senador disse ter constatado que a regulação está desatualizada, fragmentada e, em alguns pontos, contraditória. A proposta tem o objetivo de atualizar e padronizar as normas, além de incentivar a produção nacional dos suplementos, hoje, em sua maioria, importados de outros países.

— Há toda uma indústria de divulgação e estímulo ao consumo dos suplementos, que não podem ser tratados como produto de prateleira de supermercado ou de feira, já que têm efeitos colaterais. É preciso respeitar o consumidor — declarou o senador, acrescentando que, muitas

vezes, os produtos trazem no rótulo composições que nem são as verdadeiras.

O texto também proíbe a importação, por meio de sites hospedados fora do Brasil, de suplementos alimentares e nutricionais que não sejam liberados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O PLS 233/2014 recebeu apoio da Associação Brasileira dos Fabricantes de Suplementos Nutricionais e Alimentos para Fins Especiais (Brasnutri). Para o presidente da entidade, Synésio Costa, a legislação precisa ser atualizada para que sejam incorporados os avanços técnicos e científicos das últimas décadas. A proposta está na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde tem Douglas Cintra (PTB-PE) como relator.

Anibal Diniz conclama municípios a elaborarem planos de educação

Anibal Diniz (PT-AC) fez apelo aos secretários municipais de Educação, em especial os do Acre, para que comecem logo a elaborar planos para o setor. A tarefa deverá estar concluída até 25 de junho de 2015, conforme prevê a Lei 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), sancionada em junho pela presidente Dilma Rousseff.

Em apoio aos gestores públicos, informou Anibal, o Ministério da Educação lançou o Portal Planejando a Próxima Década.

Odacir defende proposta de carreira para bacharel que não passou na OAB

Odacir Soares (PP-RO) defendeu, na sexta-feira, projeto aprovado na Câmara dos Deputados que regulamenta a profissão do paralegal, ou seja, o bacharel em direito que ainda não foi aprovado na prova da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e não tem registro de advogado. A proposta deve chegar ao Senado nos próximos dias.

De autoria do deputado Sergio Zveiter (PSD-RJ), o projeto (PL 5.749/2013) modifica o Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/1994). O paralegal poderá exercer as mesmas



Anibal chama a atenção para a elaboração de planos de educação

— Existem atribuições próprias da União, atribuições próprias dos estados, dos municípios e, inclusive, atribuições próprias das escolas e dos pais e alunos — destacou.



Senador acredita que profissionais sem OAB devem ser aproveitados

atividades do estagiário, auxiliando o advogado.

— A mudança vai ajudar os bacharéis em direito a conseguirem aprovação na prova da Ordem — disse.



Na primeira audiência sobre o assunto, em junho, houve manifestações contra a descriminalização

Comissão debate hoje sobre uso da maconha

Regulamentação da produção, comércio e uso é discutida em comissão que avalia se haverá projeto de lei sobre o assunto. Esta será a segunda audiência sobre o tema

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) retoma hoje, às 9h, o debate sobre a regulamentação da produção, comércio e uso da maconha. O tema entrou na pauta devido a uma sugestão popular enviada pelo Portal e-Cidadania (SUG 8/2014). Agora a comissão aguarda relatório do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) para decidir se a sugestão vai virar projeto de lei.

Foram convidados Nívio Nascimento, da Unidade de Estado de Direito do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), e o coronel Jorge da Silva, ex-chefe do Estado-Maior Geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Antes de opinar sobre a sugestão popular, Cristovam pediu a realização de uma série de debates. No primeiro, em junho, o secretário-geral da Junta Nacional de Drogas do Uruguai, Julio Calzada, destacou o efeito positivo da legalização do comércio da droga sobre a criminalidade naquele país. Ele ressaltou que o Uruguai, que despenalizou o uso de drogas há 40 anos, registra evolução do consumo e de seus efeitos colaterais semelhante ao de países

que mantêm a criminalização.

Na fase de abertura da palavra a pessoas que acompanhavam a audiência, no entanto, houve muitas manifestações contrárias à regulamentação, enfatizando, por exemplo, o risco de a maconha levar ao consumo de drogas consideradas mais nocivas.

Pela sugestão em análise na CDH, seria considerado legal "o cultivo caseiro, o registro de clubes de cultivadores, o licenciamento de estabelecimentos de cultivo e de venda de maconha no atacado e no varejo e a regularização do uso medicinal".

Na audiência de hoje, será apresentada pesquisa do DataSenado sobre a legalização da maconha e os possíveis efeitos, realizada entre os dias 6 de junho e 7 de julho. Os dados indicam apoio de apenas 9% dos entrevistados à legalização da maconha para qualquer fim. A permissão restrita ao uso medicinal da droga, por sua vez, é defendida por 48%. A proibição total, como ocorre hoje, é apoiada por 42%. Os dados completos da sondagem estarão disponíveis para consulta da sociedade após a audiência.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 9h

► **Portal e-Cidadania:**
www.senado.leg.br/ecidadania

► **Tempo real:**
<http://bit.ly/CDHmaconha>

► **Facebook:** eCidadaniaSF

► **Twitter:** @e_cidadania

► **TV:** www.senado.leg.br/TV

► **Alô Senado:** 0800 612211

► **Taquigrafia:**
<http://bit.ly/comissaoDireitosHumanos>

Correção monetária da restituição do Imposto de Renda pode ser aumentada

O valor da restituição do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) poderá ter a correção monetária ampliada. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 247/2014 prevê que os juros da correção sejam calculados a partir do dia 1º de janeiro do ano em que for exigida a entrega da declaração de ajuste anual. A legislação atual determina que o dinheiro retido a mais, durante o ano de ocorrência do fato gerador (ano-calendário), seja atualizado apenas a partir de maio.

O projeto, do sena-

dor Waldemir Moka (PMDB-MS), também prevê a correção de 1% no mês em que o recurso for colocado no banco à disposição do contribuinte.

Na justificativa do projeto, o senador argumenta que a forma atual, com a correção apenas a partir de maio, acarreta ganho indevido para a União e estimula a demora na devolução dos valores aos contribuintes. Moka diz que o projeto dele objetiva eliminar essa distorção. Na visão do parlamentar, a correção desde janeiro

é uma forma de "justiça fiscal".

Segundo o autor, a demora na devolução e a falta de atualização adequada comprometem o orçamento familiar dos verdadeiros titulares do direito. Moka ainda informa que a diferença da correção entre janeiro e maio pode representar mais de R\$ 600 milhões para o contribuinte, no ano de 2015.

A proposta está em análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde tramita em caráter terminativo e aguarda emendas.

ACONTECEU NO SENADO

Senado define critérios para criação e fusão de municípios

Proposta foi uma das 17 aprovadas na última semana de esforço de votações

O Plenário aprovou na terça substitutivo da Câmara ao projeto que regulamenta a criação de municípios (PLS 104/2014 — Complementar). O projeto estabelece critérios de viabilidade financeira, população mínima

e regras para a consulta à população por meio de plebiscito.

O texto, apresentado por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), foi fruto de um acordo entre o Executivo e os parlamentares após o veto integral a proposta

similar aprovada em 2013. Senadores elogiaram a iniciativa em Plenário. O projeto, para eles, beneficiará os municípios no Brasil. Eles destacaram que a emancipação de um município traz o desenvolvimento.



Mozarildo Cavalcanti (à esq., de pé) viu sua segunda proposta aprovada após acordo com o Executivo

PROMULGADA PRORROGAÇÃO DA ZONA FRANCA DE MANAUS

Em sessão solene na terça, o Congresso promulgou a Emenda Constitucional 83, que prorroga os benefícios tributários da Zona Franca de Manaus até 2073. De autoria do Executivo, a proposta que resultou na emenda acrescenta o artigo 92-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para estender por mais 50 anos os incentivos, cuja

vigência terminaria em 2023.

Entre os benefícios, estão a isenção de impostos de importação e exportação e descontos no ICMS e no IPTU.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que a zona franca é essencial não somente para o desenvolvimento econômico da região, mas também por preservar a Floresta Amazônica.

APROVADO PROJETO QUE ELEVA REPASSES A MUNICÍPIOS

O Senado aprovou na terça a PEC 39/2013, que amplia em um ponto percentual o repasse de recursos do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

De acordo com o texto aprovado, que segue para análise da Câmara, o reforço às finanças municipais deverá ser realizado ao longo de dois anos — 0,5 ponto no primeiro e 0,5 ponto no segundo. Com isso, o repasse total aos municípios, hoje de 23,5%, passaria a 24,5%.

Originalmente, a PEC 39/2013, de Ana Amélia (PP-RS), estabelecia um aumento de dois pontos percentuais no repasse do IR e do IPI ao FPM, a ser implementado de uma única vez.

PESCADORES E AFINS TERÃO DIREITO A APOSENTADORIA ESPECIAL E SALÁRIO-DEFESO

O Plenário aprovou na terça o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 150/2013, que concede aposentadoria especial a pescadores e trabalhadores de atividades afins a partir dos 25 anos de contribuição. O texto também assegura a contagem do período de defeso, em que a pesca fica suspensa para garan-

tia da reprodução das espécies. A proposta será encaminhada à Câmara.

Diversos senadores saudaram a aprovação do projeto, que teve como base duas proposições de autoria de Paulo Paim (PT-RS). O substitutivo foi apresentado por Benedito de Lira (PP-AL), para quem o defeso é uma exigência ambiental.

VAI À SANÇÃO PLANO DE CARGOS DA ÁREA AMBIENTAL

Vai à sanção o PLC 90/2014, que regulariza carreiras federais da área ambiental, além de dispor sobre o plano especial de cargos do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O texto foi aprovado na quarta em caráter de urgência no Senado.

Aprovado na Câmara no início de junho, o projeto cria a carreira de especialista em meio ambiente, composta pelos cargos de gestor ambiental, gestor administrativo, analista ambiental, analista administrativo, entre outros. Além do MMA e do Ibama, o projeto abrange ainda o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

PROPOSTA PREVÊ PREÇO DIFERENCIADO ENTRE VENDA À VISTA E NO CARTÃO DE CRÉDITO

O Plenário do Senado aprovou na quarta-feira projeto que autoriza o comerciante a cobrar preços distintos para o pagamento feito com dinheiro ou com cartão de crédito. A proposta segue para análise da Câmara.

De autoria de Roberto Requião (PMDB-PR), o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 31/2013 susta efeitos da Resolução

34/1989 do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, que proibia ao comerciante estabelecer diferença de preço de venda quando o pagamento ocorresse por meio de cartão de crédito. Com a medida aprovada, o comerciante poderá voltar a estabelecer preços diferentes para o mesmo produto, no caso de o pagamento ser feito à vista ou no cartão.

DENÚNCIA DE ACERTO PRÉVIO EM DEPOIMENTOS DE CPI REPERCUTE ENTRE OS SENADORES

Senadores de oposição e da base aliada ao governo repercutiram em discursos e notas durante a semana reportagem da revista *Veja* sobre o acerto prévio de perguntas e respostas com depoentes

-diretor da área internacional da empresa Nestor Certero tiveram acesso antecipado às perguntas e foram orientados sobre como respondê-las.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, criou uma comissão de sindicância para apurar supostas falhas no funcionamento da CPI.